ISSN 2178-2229

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n1e28170

A produção do conhecimento em história da educação e a ética na pesquisa

The production of knowledge in the history of education and research ethics

La producción del conocimiento en historia de la educación y la ética en la investigación

Sônia Maria da Silva Araújo
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8240-9704

Resumo: Este trabalho aborda as implicações éticas na produção do conhecimento no campo da história da educação a partir de instrumental disponível no sistema global de redes (web). Com base no conceito de operação historiográfica de Certeau (1982), reflete sobre o trabalho do historiador com a existência da internet. Feito isso, são trazidas para o debate as discussões promovidas pela Associação de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) sobre a ética na pesquisa, estabelecendo conexões com a escrita da história da educação. Por fim, a título de considerações finais, defende que pensar, hoje, a cultura historiográfica requer reconhecer o lugar que o desenvolvimento tecnológico ocupa tanto em relação ao levantamento de fontes quanto os procedimentos metodológicos na construção da história, no sentido de compreender as subjetividades e alteridades que a constitui.
Palavras-chave: operação historiográfica; ética na pesquisa; sistema global de redes.

Abstract: This paper addresses the ethical implications in the production of knowledge in the field of the history of education using tools available in the global network system (web). Based on Certeau's (1982) concept of historiographical operation, it reflects on the work of the historian with the existence of the internet. Having done that, the discussions promoted by the National Association of Graduate Studies in Education (ANPEd) on research ethics are brought into the debate, establishing connections with the writing of the history of education. Finally, as a concluding remark, it is argued that thinking about historiographical culture today requires recognizing the role that technological development plays both in relation to the gathering of sources and in the methodological procedures in the construction of history, in order to understand the subjectivities and otherness that constitute it.
Keywords: historiographical operation; ethics in research; global network system.

Resumen: Este trabajo aborda las implicaciones éticas en la producción del conocimiento en el campo de la historia de la educación a partir de los instrumentos disponibles en el sistema global de redes (web). Con base en el concepto de operación historiográfica de Certeau (1982), reflexiona sobre el trabajo del historiador con la existencia de Internet. Habiendo hecho esto, se llevan al debate las discusiones promovidas por la Asociación de Posgrado en Educación (ANPEd) sobre la ética en la investigación, estableciendo conexiones con la escritura de la historia de la educación. Por último, a modo de consideraciones finales, sostiene que pensar hoy la cultura historiográfica requiere reconocer el lugar que ocupa el desarrollo tecnológico tanto en relación con la recopilación de fuentes como en los procedimientos metodológicos en la construcción de la historia, en el sentido de comprender las subjetividades y alteridades que la constituyen.
Palabras clave: operación historiográfica; ética en la investigación; sistema global de redes.

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

1 Introdução

O mundo vem passando por inúmeras transformações com a invenção do sistema global de redes (*web*) e seu meio físico – a Internet –, o que tem gerado preocupações em torno de procedimentos em relação à produção do conhecimento científico e, por extensão, a padrões de comportamento aceitáveis no processo de manipulação de dados. Se, por um lado, a Internet, como apontam neurocientistas, modifica as estruturas mentais dos sujeitos por conta da velocidade das informações e do volume infinito de dados, o que deve resultar num novo modo de se pensar o mundo e os fenômenos investigados pela ciência; por outro, ela exige novos protocolos de conduta, capazes de fazer valer os esforços até hoje empreendidos na construção de códigos de ética que assegurem princípios necessários à geração, manipulação e análise de dados.

Mediante uma realidade na qual a Internet dispensa atividades até pouco tempo de responsabilidade exclusiva dos pesquisadores – como recolha, tabulação, organização e análise de dados –, procedimentos éticos que pautem o processo de produção do conhecimento científico tornaram-se ainda mais prementes

No caso específico do pesquisador da história da educação, os infindáveis dados e documentos disponibilizados na *web* geram uma memória sobre a qual ele não tem controle. Os acontecimentos tornam-se assim informações desprovidas dos aparatos científicos que o pesquisador garantia até pouco tempo, como a fidedignidade da fonte. As tecnologias digitais alcançaram um grau de sofisticação tão avançado que a manipulação de fontes e de dados tornou-se incontrolável, o que deixa o pesquisador numa condição ainda mais fragilizada e vulnerável ao realizar a operação historiográfica, especialmente no que tange à ética.

Tema indispensável à produção do conhecimento, a ética (ou a falta de ética) na pesquisa, com o uso indiscriminado da web, suscita preocupações por parte de epistemólogos e de historiadores da ciência. O ambiente digital, como espaço de compartilhamento de dados e divulgação do conhecimento, torna ainda mais urgente o debate acerca da construção de novos códigos de conduta capazes de, pelo menos, assegurar princípios caros à ciência, como a privacidade, a confiabilidade, a integridade dos dados e a autoria, dentre outros, daí a importância de abordá-la.

O texto encontra-se composto de três partes. Na primeira, tratamos, a partir de Certeau (1982), de forma breve, o termo operação historiográfica, cunhado por esse importante historiador francês, que viveu de 1925 a 1986. Em seguida, na segunda parte, com base na exploração do termo, apresentamos reflexões sobre o impacto do sistema global de redes (*web*), pois é a partir dele que hoje se produz também o texto em história. Posteriormente, na terceira parte, desenvolvemos reflexões sobre ética na pesquisa em educação a partir do debate que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd –, na qualidade de associação científica, tem suscitado no sentido de preservar, no caso da história em educação, a origem e a fidedignidade das fontes. Por fim, a título de considerações finais inconclusivas, pontuamos questões que reputamos como necessárias para refletir sobre os sentidos da produção do texto de História nos tempos que correm.

2 A operação historiográfica

Termo vastamente estudado pelos historiadores, operação historiográfica é conceito explorado por Certeau (1982) para conceber o processo de produção do conhecimento em História que alia sentido, subjetividade e alteridade. A ideia fundante, subjacente à operação historiográfica, reside na compreensão básica de que a escrita da história é uma tarefa, uma prática, como tal, manipulada por instrumental técnico, por regras de domínio teórico-metodológico que transformam os conteúdos das fontes – recortados, diga-se de passagem, pela subjetividade do pesquisador – em texto da História, ou seja, de uma disciplina, de um modelo específico institucionalizado de texto.

As ferramentas escolhidas e as perspectivas de interpretação adotadas fazem do operador um legítimo representante, porque, com sua técnica – reconhecida pela instituição universitária, pela academia – torna a sua construção discursiva um texto de História. É, portanto, o fazer que produz o texto de História, não é ele em si, mas o processo pelo qual passou para a sua construção. A escrita da história é, assim, controlada pelas práticas. A história é, então, para Certeau (1982), a ciência da ação.

Isso significa admitir que regras são determinadas/determinantes para que o produto – o texto histórico – seja gerado, o que representa reconhecer que para essa operação há um controle social parametrizado por normas que dão credibilidade (ou não) ao produto da operação. Desse modo, os contextos sociais, nos quais a

instituição acadêmica tem um lugar de relevância, não podem ser negligenciados no processo de construção do texto de história, pois são eles que organizam e garantem a admissão do texto como histórico. Portanto, o que torna o produto da operação histórica é o lugar do qual ele é elaborado, a prática metódica desenvolvida e sua escrita.

Ao tratar a escrita da história nesses termos, Certeau (1982) coloca em debate as condições nas quais o autor da escrita produz a História; aborda as bases de sua construção, o seu estatuto epistemológico. Trata-se de uma discussão do lugar do presente, apenas aparentemente ausente – o seu autor –, na elaboração do texto de história. É assim que o presente-ausente, que se manifesta na existência do sujeito (o historiador), confronta-se com o passado-presente. Sob essa lógica, o presente é tão mais importante que o passado por ser marcado por condições sociais e culturais de quem o produz.

Na qualidade de fabricação que carrega o espírito do tempo, as exigências do presente modulam a produção discursiva do historiador. Essa modulação, hoje, por exemplo, ocorre sob a condição de uma sociedade globalmente interligada em rede, que altera, substantivamente, a linguagem humana. O tempo e o território, desterrados por essa nova condição que as ferramentas tecnológicas instituem, transformam a operação historiográfica e constituem novas práticas, estruturam percepções Outras.

Se as questões antes levantadas por Certeau (1982) colocavam em discussão "O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? O que produz?" Hoje, produzimos as mesmas questões e incluímos os efeitos do sistema global de redes. Com o estreitamento que a Internet provocou ao aproximar vertiginosamente territórios e tornar o tempo mais comprimido e efêmero, como a operação historiográfica passa a ser processada, vivida, experienciada? Nessa nova ordem, a quem se destina a fabricação do historiador? Que linguagem é possível para o alcance do sistema? Que mediações técnicas se apresentam?

Os posicionamentos de Certeau (1982) nos levam, então, a questionar o lugar específico do historiador, com sua condição particular social e cultural no contexto do sistema globalmente integrado de redes. Na correlação entre esses lugares, a operação historiográfica torna-se simultaneamente local-global e sujeita a uma prática escrituralista atravessada por essas duas dimensões. Nessa direção, o lugar, de

onde a interrogação do historiador toma forma, já não pode mais ser pensado como isolado em pluralismos múltiplos, ou seja, a partir daqueles supostos lugares particulares dos quais falavam os historiadores, porque esses individualismos isolados encontram-se, agora, saturados de infinitas interferências. Há de considerarmos, hoje, que esse pluralismo encontra-se em conexão constante.

Tal situação nos faz questionar as regras e as ferramentas que temos usado. E mais: questionar o que questionamos; em quais estruturas vivemos o presente que forma a base para a possibilidade de construção dos questionamentos que levamos a cabo para construir o texto em História. Em outras palavras, a operação historiográfica, mais do que nunca, exige de nós um trabalho de reflexão sobre as possibilidades que essa nova ordem se nos apresenta no processo de construção da plausibilidade metódica diante de uma realidade na qual a tendência ao uso de um sistema de regras cada vez mais aberto se impõe.

O lugar de onde a interrogação toma forma, tão debatido e questionado por Certeau (1982), torna-se, assim, cada vez mais líquido e complexifica as reflexões entre o real e o discurso, tornando o ofício do historiador ainda mais desafiador. Hoje, a combinação entre lugar social de produção, procedimentos técnicos e escrita na operação historiográfica, além de tornar o sujeito menos delineado e/ou definido, passa a ter que lidar com uma nova linguagem para legitimar-se e que a Internet instituiu. Nesse processo de construção, aquele que estava distante no tempo, objeto da investigação histórica, marca da alteridade, passa a estar sempre presente. O outro, o passado distante, torna-se presença constante, o morto apresenta-se como um vivo a nos assombrar, porque tudo estará sempre lá, na Internet, para ser acessado.

3 A história e o sistema global de redes

As reflexões de Certeau (1982), muito especialmente aqui recortadas para dar corpo às nossas incursões, demonstram que a operação historiográfica nos ajuda a questionar como fica essa ciência da ação com a Internet. Afinal, como bem pontua Certeau (1982, p. 68, grifos no original): “[...] Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela”. Ora, como a história passa a funcionar no mundo ocidental do qual fazemos parte com o sistema global de redes? No que ele alterou o ofício do historiador?

Para além das plataformas de acesso a documentos, a Internet alterou a comunicação e instalou em nossos corpos práticas que transformam o modo como operamos as tecnicalidades usadas na construção do texto em história. As bibliotecas físicas, substituídas por bibliotecas virtuais, e os documentos disponibilizados virtualmente, arquivados em pastas, promovem em nossos corpos aventuras espirituais até então não experimentadas.

Isso significa reconhecer que a Internet não só provocou mudanças na vida social do historiador, que reverberam no modo como opera a construção historiográfica, mas também vem impactando as formas de obter-se, produzir e publicar conhecimento. Há, aqui, portanto, dois pontos imbricados dignos de reflexão: 1) como a Internet constitui nossos corpos a ponto de prepará-los para produzir o texto em história; 2) as possibilidades que o sistema apresenta no arquivamento de dados a serem acessados.

Em relação ao primeiro ponto – o corpo –, difere das mudanças operadas pela humanidade com o avanço da indústria. Os dedos que tocam o teclado do computador para acessar os dados que o historiador precisa para produzir seu texto não são os mesmos que inventaram a roda. As habilidades que o uso do computador produz na humanidade criam nela as possibilidades e os limites de sua capacidade de fabricação do conhecimento historiográfico.

Sobre o segundo – os arquivos de dados –, o acesso promove no sujeito-ausente estruturas mentais que o tornam potencialmente capaz de realizar a operação historiográfica com as ferramentas disponibilizadas. O corpo torna-se, assim, o elemento material, físico, que faz a mediação entre o real e o discurso historiográfico. O corpo é, como diz Vigarello (1978, p. 9): “[…] o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõe limites sociais e psicológicos que foram dados à sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem inscrever seus signos como também seus brasões”.

Nessa direção, vale a pena lembrar as reflexões de Foucault, para quem

> […] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (Foucault, 1986, p. 80).

Ao mediar a operação historiográfica no contexto de produção em que a Internet torna-se espaço privilegiado de exploração de fontes, é preciso considerar os

corpos particulares em contato com a *web* que viabilizam a escrita da história. São corpos que resgatam outros corpos perdidos no passado, um passado que o eterno presente da Internet tenta buscar. A voz que ecoa nas linhas do texto historiográfico materializa aquilo que o corpo fala, veículo e produto a um só tempo do conhecimento historiográfico.

O Brasil é o quinto país mais conectado à Internet, segundo dados de 2024, só perde para a China, a Índia, os Estados Unidos da América (EUA) e a Indonésia. Paralelo a esse dado, que demonstra o acelerado interesse dos brasileiros pela *world wide web* (www ou simplesmente *web*), cresce, como esclarece Oliveira (2014, p. 25), […] a preocupação a respeito do alcance dessas mídias no impacto sobre as relações sociais, nas possibilidades educacionais, nos excessos e nos problemas de todas as ordens que a acompanham". A circulação de ideias nas redes sociais é, nesse contexto, um fator extremamente importante que disciplina os corpos na produção da operação historiográfica.

Pierre Levy (1999), um dos primeiros pensadores a questionar os impactos do ciberespaço na produção do conhecimento, destaca, com a Internet, o surgimento de uma nova e universal forma de comunicação, a cibercultura. Navegar tornou-se, assim, uma prática a partir da qual o ofício do historiador é afetado. Isto, segundo Oliveira (2014, p. 26), nos provoca a enfrentar suas […] implicações e potencialidades em questões tão relevantes como a construção e a disseminação do conhecimento histórico".

Ao mesmo tempo em que a Internet coloca o historiador diante das fontes pelas plataformas de hemerotecas[1], de acervos, arquivos e museus digitais, ela também disponibiliza aos internautas textos de história publicados em *sites* de revistas especializadas e redes sociais: X, *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e *Telegram*. Toda essa facilidade de acesso, veiculada por uma nova linguagem, terá mudado o modo como o historiador desenvolve o seu ofício? Em que medida a operação historiográfica, tão debatida por Certeau (1982), sofreu transformações com a Internet?

Essa condição nos compele a questionar ainda se a textualidade eletrônica transformou os modos de organizar e definir os critérios de aceitação ou negação de argumentos. Chartier (2010 *apud* Oliveira, 2014, p. 27) trata desse debate quando

[1]Setor das bibliotecas onde encontram-se coleções de periódicos, como jornais, revistas e outras obras editadas em série. Digitalizados, esses documentos são disponibilizados *online*.

discute o ingresso da história na era da textualidade que “[...] tem imposto significativas mutações na construção, publicação e recepção dos discursos históricos […]”, portanto, também na disposição técnica de operacionalização da leitura.

Em reflexões recentes, Ginzburg (2010), numa conferência disponibilizada na Internet, proferida em Porto Alegre, em que reflete sobre a história na era Google”, defende a tese de que “[...] o Google é uma extensão, uma prótese do nosso corpo e da nossa mente.” Uma prótese capaz de grandes *feeds* dos quais jamais seremos capazes” (2010). E continua: “[...] Google, como todos sabem, é uma poderosa ferramenta de pesquisa. Mas, sem dúvida, é uma máquina sem vida. Idealizar o Google não faria sentido. Recusar-se a ver a energia que ele pode liberar seria igualmente sem sentido.” A partir de um caso em que uma pessoa teve acesso ao seu livro "Os andarilhos do bem", de 1966, ele afirma que:

> […] o Google é ao mesmo tempo um poderoso instrumento de pesquisa histórica e um poderoso instrumento de cancelamento da história. Porque, no presente eletrônico o passado se dissolve. Essa contradição já está modificando o mundo em que vivemos e em que as futuras gerações viverão.

A intensificação de informações sobre as quais temos acesso pelo Google é um vigoroso instrumental de provocação e, nessa direção, reforça a ideia certeauniana de que a pluralidade cultural da qual fazemos parte é o que conduz o fazer historiográfico, pois, sem as nossas perguntas, o Google nada mais é que uma máquina sem vida. Além da capacidade do historiador de formular questionamentos a partir das intensas informações disponíveis na Internet, é preciso dominar certos conhecimentos específicos, assim como determinados domínios sociais sobre ela exercidos.

A partir de suas experiências, afirma então Ginzburg (2010) que diante da Internet os conceitos de presente e futuro tornaram-se mais frágeis, e de passado também. Ao menos, o passado como os historiadores o via. Isso significa reconhecer que o mundo tende a mudar seus modos de produzir o conhecimento histórico e os historiadores a reformular sua operação. Depois da Internet, reconhecemos que a História não será mais a mesma. Aquela perspectiva líquida da qual falamos anteriormente impõe-se e, como observa Oliveira (2014) em relação ao dado histórico, o modo de adquirir informações na *web* “[...] mesmo que sejam momentâneas e até instáveis têm um significado grande para a compreensão das atuais formas de leitura

e escrita de nosso tempo, que não podem ser esquecidas pelos historiadores" (Oliveira, 2014, p. 29).

O acesso a documentos em um toque de dedos no teclado do computador, a comunicação em rede entre historiadores a trocar em tempo real informações e interpretações, o acesso a revistas digitais no campo, além de *sites* e repositórios que disponibilizam dados e reflexões sobre os mais variados temas em História (História das Mulheres, História do Cinema, História da Infância, Estudos Prosopográficos, Repositórios eletrônicos etc.), indicam que a historiografia está na rede e isso modifica o ofício do historiador. A fonte inesgotável de informações que a Internet passou a disponibilizar e a produção de textos com linguagem própria (com número de caracteres reduzidos, uso de linguagem mais direta etc.) rompem fronteiras, desterritorializam e desterram o historiador.

Desterrados, os historiadores agora têm que lidar com novos suportes e formatos de informação, o que, obviamente, os coloca diante de perspectivas outras de registrar, catalogar, articular e interpretar dados de fontes. Isso afeta, indelevelmente, a prática de investigação sobre o passado, como bem destaca Bresciano (2010), ao colocar em risco a grafosfera – cultura do texto impresso. As inovações tecnológicas, segundo esse autor, introduziram mudanças nos suportes e formatos informacionais e deram origem a novas configurações de documentos, quais sejam:

> i. **Los dispositivos electrónicos** (analógicos o digitales) generan registros de la más diversa índole, ya sea que se basen en la palabra escrita o hablada, en la imagen, o en la combinación de estos tres medios.
>
> ii. **Los programas informáticos:** (a) producen una variada gama de documentos digitales; (b) permiten realizar operaciones de relevamiento, análisis, procesamiento y presentación de datos.
>
> iii. **Las redes telemáticas:** (a) se vinculan con documentos especíicos (sitios web); (b) comunican a individuos y grupos con prescindencia de su ubicación geográica.
>
> iv. **Las tecnologias hipermediales** vinculan documentos digitales entre si, sin importar la naturaleza de la información que contienen. (Bresciano, 2010, p.12, grifos no original).

O efeito acumulativo dessas mudanças incide sobre a criação e a comunicação do passado e sobre a organização institucional da historiografia como disciplina acadêmica, assegura Bresciano (2010). Ao tomar de empréstimo a

denominação de Torkel (2006 *apud* Bresciano, 2010) de arquivos infinitos, o autor destaca os problemas operativos que o historiador terá que lidar agora em relação aos modos de registrar, comunicar e investigar as ações humanas, uma vez que se introduziram mudanças no trabalho do historiador desde uma perspectiva teórica, metodológica e técnica.

Entretanto, o que de fato o autor apresenta é a ideia de que a Internet, por transformar o modo de estar e viver o mundo tão radicalmente diferente do passado recente, exigirá do historiador a construção de novos métodos e procedimentos que alteram completamente a operação historiográfica e podem estar fazendo nascer a historiografia digital.

A cultura digital, a rigor, segundo Bresciano (2010, p. 121-128), tem pelo menos alguns desafios pela frente que incidem no estudo das sociedades em dimensão diacrônica, dentre eles:

1. As tecnologias ampliam o conceito de fontes históricas e através do desenvolvimento de novas classes de registros, suportes e formatos associados à cultura digital.
2. A generalização do uso de documentos eletrônicos pauta o nascimento da crítica heurística digital.
3. A partir da incorporação de utilitários e recursos informáticos, as análises hermenêuticas renovam-se em todos os campos das ciências históricas.
4. Ao incorporar recursos variados que decorrem da cultura digital emergente, o discurso historiográfico experimenta modificações na sua configuração, nos seus conteúdos e em suas formas de difusão.
5. A historiografia digital consolida-se nos últimos vinte anos como um campo disciplinar que conta com centros de investigação próprios, associações internacionais, consórcios acadêmicos, redes e revistas especializadas.
6. A história da historiografia enquanto especialização disciplinar beneficia-se das mesmas transformações que afetam o seu objeto de estudo no campo temático e heurístico.

Para Luccesi (2012), estamos diante de um momento importante para a história e para a historiografia e é preciso entender que se trata de um tempo de reformulação de paradigma da prática historiográfica ou de apenas uma atualização do velho ofício do historiador, cujas bases epistemológicas repousam sobre pilares muito anteriores à Era Google. Sem resposta definitiva e contundente, a autora afirma

que pelo menos é preciso operar uma reflexão crítica diante da velocidade tamanha das transformações processadas pela Internet.

Para essa nova história que corre diante de nossos olhos, Luccesi (2012), valendo-se de reflexões do historiador Noiret (2005), chama de História sem fio, e traça reflexões sobre as facilidades e os problemas de acesso a documentos na Internet, além de discorrer sobre os recursos oferecidos para a produção de hipertextos, a partir da hipermedialidade, escritos em diversas camadas, com *links* de busca incorporados.

A história sem fio da era Google está processada, segundo Luccesi (2012), por relações que não necessitam de deslocamentos, o que significa a vivência de uma nova noção de espacialidade. Circula-se no ciberespaço sem ao menos a necessidade de fio, ao tempo em que as remissões infinitas a fontes próprias do Google impedem historiadores de encontrar o fio da meada.

Essa revolução historiográfica de escrita digital exige um pensar digital, um leitor digital, conforme defende Darnton (1999). Para tanto, o sujeito deve estar mobilizado, educado, preparado, formado para lidar com os recursos multimídia. Conclui o autor dizendo que isto geraria uma rede de redes e recorre a Chartier (2009 *apud* Darnton, 1999), que elenca dispositivos clássicos da escrita da história: a nota, a referência e a citação, que são responsáveis pelas técnicas da prova e das modalidades de construção e validação dos discursos do saber.

Tais questões nos remetem a um problema de ordem epistemológica que afeta diretamente a operação historiográfica, mas ele já não será um problema para esse tempo em que é preciso construir um novo padrão de referências: as escritas hipertextuais. Isso nos conduz mais uma vez a um problema clássico: a autoria, o regresso do sujeito, posto que a hipertextualidade cibernética já não será capaz de identificar o autor. Junto com ele, uma velha outra clássica questão filosófica há de surgir: a ética.

4 História, *web* e a ética

A Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPEd), desde 2007, a partir de diversas iniciativas, promove discussões sobre ética na pesquisa. E, em 2013, intensificou as ações sobre o tema e veio a:

1. Participar do Grupo de Trabalho de Ciências Humanas e Sociais (CHS) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), encarregada de elaborar resolução complementar sobre ética na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.
2. Participar do Fórum de Associação de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), que tem desenvolvido diversas ações sobre ética na pesquisa com o objetivo de criar um sistema de revisão ética próprio, fora da área da Saúde.
3. Criar, em 2015, uma Comissão, encarregada de fomentar as discussões sobre ética em pesquisa e de um espaço no Portal ANPEd para informações sobre ética na pesquisa.

No documento preliminar da Comissão, publicado em 26 de julho de 2017, durante a 38ª Reunião Anual, ocorrida em São Luís do Maranhão, fica evidente que as preocupações da ANPEd não se destinavam a discutir a ética no campo da cibercultura, muito menos sobre a produção de hipertextos que comprometessem os códigos de conduta de historiadores do campo da educação, mas, inevitavelmente, o tema emergiu no bojo dos debates do grupo.[2]

A partir de então, o tema passou também a ser discutido nas Reuniões Científicas Regionais e, em 2016, na Reunião Regional do Sudeste, ocorrida na Unirio, realizou-se o "Seminário Ética e Pesquisa em educação: entre a norma e o compromisso". Na ocasião, dentre os temas candentes discutiu-se: fontes *online*, pesquisa com fontes históricas e regulação da ética na pesquisa. Para a ANPEd “[...] a ética na pesquisa é uma questão essencial e necessita ser contemplada nas diferentes instâncias da Associação, nas reuniões científicas da ANPEd e no processo de formação de pesquisadores” (ANPEd, 2017).

Dando prosseguimento às suas decisões, a Associação produziu publicações sobre o tema e, nesse sentido, já disponibilizou no Portal ANPEd três *e-books* a respeito da ética nas pesquisas em educação. No primeiro volume, intitulado "Ética na Pesquisa em Educação: subsídios" (ANPEd, 2019), os autores abordam o conceito

[2] Em verdade, a preocupação da ANPEd com a criação da comissão e a mobilização dos associados para a discussão do tema está vinculada à luta por um sistema de revisão ética específico para as Ciências Humanas e Sociais, Sociais e Sociais Aplicadas. Até hoje, a Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (Conep) está ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a ANPEd, assim como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Nacional de História (ANPUH), reivindicam um sistema separado da saúde para analisar condutas éticas nas Humanidades, que compreenda e respeite as especificidades da pesquisa na área.

de ética e de regras estabelecidas pelo Conep. Os artigos tratam da ética articulada a temáticas vinculadas a códigos de conduta para a satisfatória produção do conhecimento. Discute-se ética na pesquisa com crianças, adolescentes e pessoas com deficiência; ética em pesquisas com indígenas, quilombolas e povos tradicionais; consentimento e assentimento; confidencialidade na pesquisa; vulnerabilidade e ética na pesquisa; arquivamento de dados; integridade na coleta; produção e análise de dados; postura do pesquisador frente a casos de abuso e violência; falsificação de dados; atuação de comitês de ética; e autodeclaração.

Ainda são tratados nesse primeiro volume temas como pesquisas *online,* plágio e autoplágio, mas, de um modo geral, abordam-se temas que reportam a um debate em que o conhecimento científico era produzido sem as tecnologias atuais, sem Internet, sem redes sociais. Quando trata de temas vinculados ao sistema global de redes, o faz com os olhos voltados para trás, quando ainda não havia o uso da *web* na produção do conhecimento científico.

A questão que se coloca para nós é: em que medida tais regras servem para pensar a operação historiográfica hoje? A disponibilização irrestrita de imagens que abundam na Internet, sem a devida informação de sua origem, estaria impedida de ser usada em uma importante discussão sobre o passado, com base nessas regras? Para além da má conduta", circunscrita à falsificação de dados e resultados, problemas de execução e divulgação, não estarão os historiadores diante de um dilema extemporâneo com a disponibilização alargada de dados sem nenhum controle?

Os organizadores desse *e-book* declaram como objetivo para aquela publicação "[...] colocar a questão da ética em debate e buscar contemplar a diversidade epistemológica e metodológica que caracteriza a pesquisa em nossa área" (ANPEd, 2017, p. 11). No contexto dessa diversidade, encontra-se a pesquisa em História da Educação.

Com os desafios que a Internet nos impõe, com possibilidades inesgotáveis de manipulação (e tratamento) de dados, não será necessário pensarmos em mudanças para além de uma adaptação das regras antes dela para que a ética prevaleça? Ou será preciso, a partir de agora, operar um corte epistemológico e estabelecer novos códigos de conduta na operação historiográfica? Estaria essa

preocupação da ANPEd ultrapassada, pois outras questões impor-se-iam para além de um estatuto próprio para as Ciências Humanas e Sociais?

A ética na pesquisa representa uma ética aplicada. Ela, grosso modo , visa resolver problemas práticos da vida, a criação de normas e sua relação com valores em diferentes situações da existência humana. Trata-se, esclarece Hermann (2019, p. 34), "[...] do estudo dos aspectos éticos de uma determinada questão social ou individual e não deve ser confundido com a mera aplicação de normas éticas. Antes disso, detém-se na discussão das consequências atuais e futuras de decisões".

Linhas à frente, a autora explica que:

> A ética na pesquisa tem por finalidade resolver questões específicas da pesquisa com seres humanos surgidas em diferentes instâncias do processo investigativo, que envolvem o contexto, as consequências éticas das decisões, os pesquisadores, as instituições e os participantes envolvidos. Ela surge no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, sob inspiração de documentos normativos, tais como o Código de Nuremberg (1947) e a Declaração dos Direitos do Homem (1948), entre outros, com o propósito de estabelecer diretrizes para a pesquisa na área da saúde, visando assegurar a integridade das pessoas submetidas a experimentos médicos. Posteriormente passa a envolver as Ciências Sociais e Humanas, que reivindicam orientações normativas específicas às singularidades da área. A reivindicação da ética em pesquisa embasa-se nos fundamentos éticos da dignidade humana, da liberdade e da diversidade de indivíduos e grupos sociais, assim como princípios de integridade, transparência e responsabilidade na condução da pesquisa e de seus resultados. Esses valores e princípios são justificados pelas éticas filosóficas e fazem parte de um longo processo de criação do *ethos,* constituindo, assim, nossa autocompreensão moral. Estão sujeitos a novas interpretações em decorrência de críticas, de reelaborações e de exigências de clarificação dos conceitos e de seu uso (Hermann, 2019, p. 34-35, grifos no original).

Sem dúvida, a Internet veio apresentar, para nós, novos protocolos de escrita e de leitura, além de novas sociabilidades que, ao serem tomadas como objeto da história, precisam estar amparadas por uma ética. Os registros de narrativas disponibilizados, as imagens expostas, enfim, todo tipo de material apresentado na Internet, e que se acumulam no tempo, sem dúvida passarão, em algum momento, pelo olhar investigativo do historiador e já estão passando para os estudiosos do tempo presente.

Mas, quais são os parâmetros éticos na lide com esses dados? As regras de conduta do passado recente, estabelecidas a partir da década de 1940, darão conta dos problemas a serem enfrentados no campo das Humanidades? As narrativas criadas, disponibilizadas livremente nos meios digitais, deverão ser submetidas às mesmas normas de pesquisa até hoje desenvolvidas por nós? A autoria da narrativa

na Internet deve ser contatada e o uso de seu conteúdo como objeto histórico devidamente autorizado por uma declaração de livre assentimento e consentimento para passar pela interpretação do historiador? As normas técnicas estabelecidas para a aplicação da etnografia, tão fartamente aprimorada pela Antropologia, servem para a etnografia digital?

Oliveira (2014), ao realizar trabalho de pesquisa com *sites* sobre História do Brasil, deparou-se com um problema muito comum para quem trabalha com fontes obtidas da Internet: "[...] a desconfiança sobre a autenticidade das informações, as manipulações sobre os dados e problemas como plágio e falta de autoria [...]" (Oliveira, 2014, p. 38). Como veremos mais adiante, tal questão também tem sido objeto de preocupação da Comissão de Ética da ANPEd.

No volume 1 da coleção de *e-books*, Nunes (2019, p. 147) trata de pesquisas *online* e destaca que a expansão da Internet "[...] tem gerado profundas mudanças socioeconômicas e culturais, com reflexos diretos no âmbito da pesquisa científica [...]". Para o autor, há múltiplas possibilidades de investigação que envolvem a Internet, tais como: objeto de estudo, local onde a pesquisa é realizada e instrumento de pesquisa. Fato é, sintetiza autor, que hoje fazer pesquisa implica em algum momento utilizar a Internet.

Para Nunes (2019), os problemas éticos das pesquisas *online* são similares aos observados nas pesquisas consideradas mais tradicionais em Ciências Humanas e Sociais, mas ele ressalta que não é possível deixar de considerar que essas geram questões específicas. Dentre tais questões, distingue: "[...] a compreensão entre o que é público ou privado; a necessidade e a forma de obtenção do consentimento livre e esclarecido; a garantia de anonimato e confiabilidade" (Nunes, 2019, p. 149).

Sobre o primeiro ponto – a questão do público e do privado –, ele levanta os seguintes problemas:

> Quando se posta uma mensagem no *Facebook* e esse texto é compartilhado por milhares de pessoas, essa postagem se tornou pública ou continua privada? Se participo de um fórum *online* sobre "educação e tecnologia", contendo milhares de membros, posso usar as postagens para efeito de pesquisa como públicas ou devo tratá-las como privadas? Ao ter acesso a *tweets* reencaminhados inúmeras vezes por distintos usuários do *Twitter*, como saber quem foi o criador dessa mensagem? (Nunes, 2019, p. 149, grifos no original).

Acerca do segundo ponto – obtenção do consentimento livre e esclarecido –, o autor destaca que o ciberespaço é um território bastante nebuloso, onde nem sempre as interações são realizadas por humanos, mas por robôs. Por vezes, as informações são falsas, como nome e idade. Isso dificulta as possibilidades de consentimento e assentimento.

Nesses casos, Nunes (2019, p. 151) sugere ser preciso buscar as declarações de modo a proteger participantes de danos ou riscos, garantindo-lhes "[...] liberdade, privacidade e autodeterminação no processo de pesquisa, [mas] sua dispensa pode acontecer desde que devidamente justificada pelo pesquisador […]". Fato é que o autor reconhece os problemas éticos decorrentes do uso da Internet na produção do conhecimento e reforça a urgência de se discutir e viabilizar alternativas de solução.

Em relação ao terceiro e último ponto – anonimato e confiabilidade –, ele esclarece que, se na investigação do mundo físico é possível criar estratégias de manutenção do anonimato sem provocar problemas ao processo de investigação, no caso da Internet isso se complica porque as informações estão lá com as autorias identificadas e mesmo que o pesquisador crie códigos para manter o anonimato, ao se expor os conteúdos torna-se inevitável localizar as autorias pela prática da rastreabilidade.

Conforme Hermann (2019, p. 18), ética é "[...] um campo do conhecimento filosófico que estuda os valores concernentes ao bem e ao mal e uma ordem normativa instituída na sociedade e na cultura, que orienta o agir humano". Para a autora, a ética tem como ponto de partida as perguntas que surgem diante das complexas situações da vida: "[...] Como devo agir? O que é uma ação correta? Que exigências devo cumprir?" (Hermann, 2019, p. 28)

No caso específico da ética na pesquisa, sob a qual repousa o ofício do historiador, normas de conduta foram sendo consolidadas ao longo do avanço da ciência na vida moderna e, atualmente, com o aprimoramento da tecnologia, especialmente da Inteligência Artificial (IA), novas regras vêm sendo estabelecidas, denominadas de ética digital. Tal qual nas pesquisas físicas, a ética digital visa garantir a preservação da privacidade dos que estão envolvidos na/com a pesquisa. Alguns institutos já estabelecem orientações a serem seguidas por seus pesquisadores em relação à ética digital, como é o caso da Fiocruz, que publicou em 2020 um documento intitulado "Orientações sobre ética na pesquisa em ambientes virtuais" (ENSP/Fiocruz,

2020). Em gráfico acerca das estratégias de pesquisas virtuais, o texto identifica no item "ambiente virtual como campo de estudo" a pesquisa documental e a desmembra em dois tipos: Informações de Acesso Restrito e Informações de Acesso Público e Irrestrito, sendo ao primeiro tipo indispensável a análise ética.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) também elaborou breves orientações sobre a pesquisa *online* que envolve seres humanos, disponibilizadas no *site* da Universidade. Em âmbito internacional, como nos informa Nunes (2019), foi criada em 1999 a *Association of Internet Researchers* (AoIR), voltada para o avanço de estudos na Internet em diversos campos disciplinares. Da mesma forma, associações científicas, dentre elas, as do campo da Educação, reconhecem a necessidade de se estabelecer ética em pesquisas *online*. Do conjunto dessas entidades, Nunes (2019) destaca:

1. A *British Educational Research Association*, que publicou, em 2011, o documento *Ethical Issues in Online Research*, reformulado em 2018, que incluiu no documento a quarta versão do *Ethical Guidelines for Educational Research*, passando a incorporar as pesquisas online (BERA, 2018).[3]
2. O *National Committee for Research Ethics in the Social Sciences and the Humanities*, da Noruega, publicou, em 2014, o documento intitulado *Ethical Guidelines for Internet Research* (NESH, 2014), e, em 2019, publicou a versão em inglês de *A Guide to Internet Research Ethics* (NESH, 2019), baseado no documento anterior.

Em relação à produção historiográfica digital, Bresciano (2010) ressalta formas específicas de institucionalização da produção desse conhecimento, para além das já consolidadas, como os departamentos de História e de Filosofia e Letras, ou mesmo as academias e associações profissionais. O autor sintetiza tais instituições em 5 tipos:

1. Centro de investigação: dedicados exclusivamente à aplicação de novas tecnologias ao estudo do passado e que requerem especialistas de outras ciências, não estão contemplados nos clássicos departamentos de história.

[3] Uma versão atualizada do documento foi publicada em 2024.

2. Associações internacionais: voltadas para a comunidade acadêmica planetária, formadas por entidades de distintos países e continentes.
3. Consórcios acadêmicos: organizações de entidades públicas e privadas, vinculadas às ciências históricas, com o objetivo de alimentar um portal da Internet destinado aos historiadores.
4. Redes virtuais: sistema de vínculos horizontais e dinâmicos entre indivíduos e seus respectivos contextos, visando à exposição de dados e análises.
5. Revistas especializadas: edições digitais dedicadas à incidência das TICs no estudo do passado.

No caso específico das institucionalizações apresentadas por Bresciano (2010), essas têm mais condições de enfrentar as questões éticas em História ao lidarem com o campo da historiografia digital em particular. Assim, as reflexões genéricas sobre ética, objeto das instituições de educação citadas por Nunes (2019), assume uma dimensão concreta, capaz de viabilizar o enfrentamento dos problemas gerados pela web no que diz respeito à produção historiográfica.

A discussão em torno da ética na pesquisa, com especial destaque para as investigações na Internet, como foi possível constatar, tem sido bastante explorada, objeto de preocupação de pesquisadores do campo. Fato é que as pesquisas em educação, incluindo a pesquisa em história da educação, deparam-se com dilemas novos, como o problema da privacidade. Ao considerar a subjetividade do sujeito historiador, que ocupa um lugar nunca despolitizado e desprovido de intencionalidade, como nos demonstra Certeau (1982), o estabelecimento de regras de conduta coloca-se, no mínimo, como necessário. Afinal, um texto histórico, como defende o mesmo autor, enuncia uma operação que situa um conjunto de práticas para sua realização.

5 Considerações finais

O debate apresentado por Certeau (1982) no texto *Operação Historiográfica* tornou-se para nós promissor para discutir a produção em história a partir das condições de possibilidades postas pelo avanço tecnológico que resultou na invenção da Internet. Discutir as formas históricas com as quais uma sociedade, localizada no tempo, lida com as relações temporais do passado, faz desse autor um expoente nas reflexões sobre a formalidade das práticas e a formalidade das representações. No

contexto desse debate, tensões, relações de poder e o lugar das instituições na produção do conhecimento podem ser percebidos.

Pensar hoje sobre a cultura historiográfica requer reconhecer o lugar que ocupa o desenvolvimento tecnológico nessa área, pois, tanto em relação ao levantamento de fontes quanto em relação aos procedimentos metodológicos, os recursos disponibilizados ao historiador imprimem sobre seu ofício mudanças de procedimentos que, por sua vez, incidem, indelevelmente, sobre resultados, em específico, e na tradição da cultura historiográfica, de um modo geral.

Do contexto de reflexões densas produzidas por Certeau (1982), que nos ajudam a pensar sobre o uso da Internet no trabalho de produção da história, destacamos a produção da escrita. A escrita da história com base em fontes abertamente disponíveis na Internet é um ponto que não pode deixar de ser observado, principalmente em relação à diluição do lugar social do autor, da possibilidade de perda da subjetividade na interpretação, que se soma a uma topografia de interesses.

Ao tratar do uso da Internet na produção historiográfica, deparamo-nos, inspirados em Certeau (1982), com a formalidade de uma prática que faz aparecer nas entrelinhas do texto escrito toda uma estrutura de sentimento, conforme explica Williams (1969; 1992). É essa estrutura que dá sustentação a uma ética em que as regras estabelecidas pela ciência são o instrumental compartilhado por pares e que dão sustentação à comunidade dos historiadores.

A etnografia digital, ao se materializar pela escrita, não deixa de ser um registro particular do autor-ausente sobre o Outro e, sem dúvida, no contexto do desenvolvimento da escrita, a digitalização segue a provocar mudanças e transformações na história. Se a historiografia moderna, a partir da ciência e do método, colocou a escrita da história em um dado lugar, vale perguntar: qual lugar a operacionalização desse processo metodológico passará a ocupar com a sua informatização, com a sua digitalização?

Mas, ao admitir que o lugar social de onde a escrita historiográfica é produzida deslocou-se, pois, com a Internet, não se escreve mais a história somente a partir da academia, dos cursos de história, dos arquivos e dos museus, e sim de um lugar não-lugar, acessível a todos os desterrados, faz-se oportuno questionar a nova ética que se institucionaliza, discussão com a qual o presente artigo pretendeu contribuir.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Ética na pesquisa em educação**: documento preliminar, 2017. Disponível em: 13 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Ética na pesquisa em educação**: documento preliminar, 2017. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/eticaANPED.pdf. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRITISH EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION (BERA). **Ethical guidelines for educational research, fifth edition (2024)**. 4. ed. London: BERA, 2018. Disponível em: https://www.bera.ac.uk/publication/ethical-guidelines-for-educational-research-2018. Acesso em: 15 maio 2025.

BRESCIANO, Juan Andrés. **La historiografia el amanecer de la cultura digital**. Uruguai: Ediciones Cruz del Sur, 2010.

CERTEAU, Michel de Certeau. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DARNTON, Robert. **A historian of books, lost and found in cyberspace**, 1999. Disponível em: Um Historiador de Livros, Perdidos e Achados no Ciberespaço. Acesso em: 13 abr. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO ARAUCA(ENSP)/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais**. Comitê de Ética em Pesquisa. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GINZBURG, Carlo. A história na era Google. *In*: GINZBURG, Carlo. **Fronteiras do pensamento**, 2010. Disponível em: Sempre Avanti...: Carlo Ginzburg - História na era Google - Fronteiras do Pensamento 2010. Acesso: 13 abr. 2025.

HERMANN, Nadja. Ética. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Ética e pesquisa em educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 27-35.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUCCESI, Anita. **A história sem fio**, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares. Acesso: 13 abr. 2025.

THE NATIONAL COMMITTEE FOR RESEARCH ETHICS IN THE SOCIAL SCIENCES AND THE HUMANITIES (NESH). **Ethical guidelines for internet research**. Oslo: NESH, 2014. Disponível em: https://www.etikkom.no/globalas-

sets/documents/english-publications/ethical-guidelines-for-internet-re- search.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

THE NATIONAL COMMITTEE FOR RESEARCH ETHICS IN THE SOCIAL SCIENCES AND THE HUMANITIES (NESH). **A guide to Internet research ethics**. Oslo: NESH, 2019. Disponível em: https://www.enrio.eu/wp-content/uploads/2017/03/guidelines-for-research-ethics-in-the-social-sciences-humanities-law-and-theology.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

NOIRET, Serge. La "nuova storiografia digitale" negli Stati Uniti (1999-2004). **Memória e Ricerca**, [S.l.], n. 18, p. 169-186. jan./abr. 2005. DOI: https://doi.org/10.1400/63377. Disponível em: http://www.fondazionecasadioriani.it/modules.php?name=MR&op=body&id=339. Acesso em: 13 abr. 2025.

NUNES, João. Pesquisa online. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Ética e pesquisa em educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 146-154.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e internet: conexões possíveis. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23-53, maio/ago. 2014.

VIGARELLO, Georges. **Les corps redressé**. Paris: Jean **Pierre** Delarges, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em julho 2025 | Aprovado em novembro 2025

MINI BIOGRAFIA

Sônia Maria da Silva Araújo
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra. Professora Titular da Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará e coordenador do Grupo de Pesquisa José Veríssimo e Pensamento Educacional Latino Americano.
E-mail: ecosufpa@gmail.com